



Jonas Pereira/Agência Senado



Eunício Oliveira preside sessão do Congresso Nacional: senadores e deputados federais derrubaram vetos presidenciais

Congresso derruba veto e beneficia cidades endividadadas

Parlamentares mantiveram em lei o “encontro de contas”, que permite a municípios reduzir dívidas com a União utilizando créditos que têm a receber do governo federal

Com apoio da base do governo, os senadores e deputados derrubaram ontem o veto de Michel Temer a pontos da lei que parcela e dá desconto às dívidas previdenciárias de estados e municípios com a União. A derrubada do veto reintegra à lei o “encontro de contas”, per-

mitindo aos municípios deduzir das dívidas previdenciárias com a União os créditos que eles têm a receber do governo federal.

O Congresso também derrubou o veto integral de Temer à prorrogação do Recine, programa federal de incentivo para as salas de exibição de cinema. **3**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Rose Leoni, que inspirou projeto sobre vingança pornográfica, ao lado de Gleisi Hoffmann

Tipificação do crime de vingança pornográfica avança no Senado

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem projeto que criminaliza com prisão de dois a quatro anos mais multa o registro ou a divulgação não autorizada de fotos ou filmagens da intimidade sexual de uma pessoa — a

vingança pornográfica.

Segundo o texto, também terá praticado o crime quem permitir ou facilitar o acesso de pessoa não autorizada a esse tipo de conteúdo.

A proposta segue em regime de urgência para o Plenário. **4**

Vai a Plenário projeto sobre balas de borracha **4**

Denúncias anônimas podem ser premiadas **4**

Regra para royalties da mineração é aprovada e vai para sanção

A medida provisória que aumenta alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), royalty pago pelas mineradoras a estados e municípios, foi aprovada ontem em Plenário e segue

para sanção presidencial. O texto foi aprovado na forma de projeto de lei de conversão e também altera a distribuição dos recursos entre os órgãos e entes federados beneficiados e adequa a cobrança às relações empresariais. **7**

Parcerias público-privadas terão verba da União **7**

Orçamento federal de 2018 deve ter corte de R\$ 5,1 bi **2**



Jorge Viana e o especialista Demi Getschko durante audiência pública

Banda larga precisa avançar no país, defendem especialistas

Os participantes de audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia defenderam ontem o avanço da banda

larga no país. Eles destacaram que hoje somente 54% da população brasileira tem acesso à internet. **8**

Escola deve detectar violência, propõe ministro

O ministro da Saúde, Ricardo Barros, defendeu ontem no Senado, em audiência pública da CPI dos Maus-Tratos, maior integração entre colégios e equipes do Programa Saúde da Família para prevenir e combater casos de violência doméstica e de automutilação de crianças. **5**



Ricardo Barros fala em audiência da CPI dos Maus-Tratos, presidida por Malta

Prefeitos pedem verba para continuar programas

A crise econômica dos municípios, especialmente os menores, é extremamente grave, segundo representantes de prefeituras de vários estados que foram ouvidos ontem em audiên-

cia pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Eles cobraram do governo federal a liberação de R\$ 4,2 bilhões por meio de medida provisória. **6**



Entre Paulo Ziulkoski e Bênis Leocádio, que representaram municípios, Fátima Bezerra preside audiência pública da CDR

Jefferson Rudy/Agência Senado

Gerardo Magalhães/Agência Senado

Marcos Oliveira/Agência Senado

Relator indica corte de R\$ 5,1 bi no Orçamento 2018

Pela primeira vez, relator escolhe e detalha previamente cortes, que não atingem saúde e educação

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem o relatório preliminar do deputado Cacá Leão (PP-BA), relator-geral da proposta orçamentária de 2018 (PLN 20/2017). O texto define regras para o processo de análise e alteração do novo Orçamento.

A principal novidade é um cancelamento prévio de R\$ 5,09 bilhões nas despesas para atender os 16 relatores setoriais que auxiliam Cacá Leão na definição dos gastos de 2018. O relatório aprovado traz um anexo detalhando todas as ações que tiveram corte.

Do total cortado, R\$ 1,65 bilhão vai para os relatores setoriais, R\$ 750 milhões para as emendas de execução não obrigatória das bancadas estaduais e R\$ 600 milhões para ações que o relator ainda vai detalhar.

É a primeira vez que um relator-geral indica previamente e detalha o corte de despesas. O cancelamento é decorrência da Emenda Constitucional 95, que impôs o teto de gastos para as despesas da União.

Leão explicou que todos os Poderes estão utilizando o limite de gastos. Para acolher as emendas e não "furar" o teto,

é necessário liberar recursos utilizando o cancelamento prévio de despesas.

O deputado afirmou que o corte não atinge educação e saúde e se restringe ao Executivo. Os demais Poderes foram preservados, disse, porque ainda estão em fase de ajustamento do teto de despesas.

Cortes

No geral, os cortes incidiram sobre custeio da máquina pública (R\$ 1,1 bilhão), ações emergenciais de defesa civil (R\$ 1,2 bilhão), Minha Casa, Minha Vida (R\$ 1 bilhão), subsídios (R\$ 1,5 bilhão) e publicidade (R\$ 228,9 milhões).

Leão decidiu excluir do corte, a pedido do deputado Bohn Gass (PT-RS), cerca de R\$ 73 milhões do Fundo Nacional de Assistência Social, para evitar prejuízos ao Bolsa Família.

O relator disse aos deputados que todos os cortes foram criteriosamente analisados. Do corte prévio, cerca de R\$ 3,3 bilhões serão alocados pelo relator-geral. Desse montante, R\$ 1,3 bilhão é a parcela destinada ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

O restante do saldo será direcionado a uma série de prio-

ridades elencadas por Leão no parecer. Entre elas, estão ações de saúde, saneamento, construção de aeroportos e fomento à pesquisa.

A partir de agora, os 16 relatores setoriais iniciam os trabalhos. Os relatórios devem ser entregues na primeira semana de dezembro e serão votados um a um na CMO.

Créditos extras

Três projetos de crédito adicional foram aprovados pela CMO na terça-feira e serão analisados pelo Congresso. O de maior valor (PLN 26/2017), relatado pela deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ), abre crédito especial de R\$ 348 milhões para o Judiciário e o Ministério Público da União.

O PLN 25/2017, relatado pelo senador licenciado Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), destina crédito suplementar de R\$ 83,1 milhões para sete pastas e para a Presidência da República.

Já o PLN 24/2017 abre crédito especial de R\$ 59 milhões para órgãos do Executivo. A proposta recebeu parecer favorável do relator, deputado João Arruda (PMDB-PR).

Com Agência Câmara

Eunício recebe competidores da 44ª WorldSkills

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu ontem os 56 participantes brasileiros da 44ª edição da WorldSkills, considerada a maior competição de profissões técnicas do mundo. Eles têm entre 18 e 23 anos, são alunos e ex-alunos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e conquistaram o segundo lugar geral da WorldSkills 2017, realizada em outubro, em Abu Dhabi, capital dos Emirados Árabes Unidos.

— É gratificante para nós vermos aqui brasileiros e brasileiras que foram disputar com o mundo em uma competição de conhecimento e de informação, mostrando que o Brasil é um país pujante, que não é grande apenas do ponto de vista territorial, mas também do ponto de vista de formação da juventude — parabenizou o senador.

O grupo foi recebido por Eunício no Salão Nobre do Senado, na companhia dos senadores Armando Monteiro (PTB-PE), Roberto Muniz (PP-BA) e Jorge Viana (PT-AC), além do responsável pela delegação em Abu Dhabi, o



Eunício conversa com delegação brasileira de torneio de educação técnica

presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade.

Os brasileiros conquistaram 15 medalhas: 7 de ouro, 5 de prata e 3 de bronze, além de 26 diplomas de excelência.

Torneio

A 44ª edição aconteceu entre 15 e 18 de outubro e reuniu 1,2 mil jovens de 68 países em 52 ocupações técnicas. O Brasil competiu em 50 profissões e conquistou a vice-liderança no ranking de pontos, que teve a Rússia em primeiro lugar e a China em terceiro. No quadro de medalhas, o Brasil ficou em quarto lugar, atrás da líder

China, seguida pela Coreia do Sul e pela Suíça.

Realizado a cada dois anos, pela WorldSkills International, o torneio conta com a participação dos melhores alunos de países das Américas, da Europa, da Ásia, da África e do Pacífico Sul. Eles disputam em provas que reproduzem o dia a dia de profissões da indústria, do comércio e do setor de serviços. Os competidores devem completar os desafios práticos em padrões internacionais de qualidade, demonstrando habilidades técnicas individuais e coletivas.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Elber Batalha toma posse no lugar de Antonio Carlos Valadares

Tomou posse ontem como senador Elber Batalha (PSB-SE), suplente de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que se licenciou por 120 dias para tratamento de saúde e licença por interesses pessoais.

Elber tem 73 anos, nasceu em Aracaju e é formado em educação física e direito. O senador é defensor público aposentado, foi vereador de Aracaju por 12 anos e advogou por mais de 20 anos.

Gurgacz destaca aniversário de 40 anos de Ji-Paraná

Acir Gurgacz (PDT-RO) destacou o 40º aniversário de emancipação de Ji-Paraná,



em Rondônia. O município se destaca com um dos polos da economia estadual, disse.

O senador ressaltou grandes obras de infraestrutura na cidade, como a duplicação da ponte sobre o Rio Machado.

— Essas obras estão acontecendo porque conseguimos a união da classe política, dos empresários e de quem quer o desenvolvimento da cidade.

Gleisi: Banco Mundial diz que reduzir gastos não é a única saída

Gleisi Hoffmann (PT-PR) citou relatório do Banco Mundial que aponta desestruturação nos serviços públicos brasileiros. O relatório, disse, demonstra que a redução de gastos não é a única estratégia para o país crescer. Seria necessário reduzir juros e aumentar receita.

— Querem mexer com o Regime Geral de Previdência Social e com os mais pobres. E querem atacar serviços públicos que são importantes, como a educação. Mas do salário do Judiciário, da Receita, da Polícia Federal e dos parlamentares, ninguém fala.

Censura artística é oportunismo eleitoral, avalia Marta

Marta Suplicy (PMDB-SP) condenou a censura e disse que o processo moralista que busca



criminalizar a criação artística tem um claro oportunismo eleitoral, que abusa da boa-fé da população e é promovido por "quem não tem voto ou proposta para o país".

— O que pretendem os incentivadores do falso moralismo? Duvido que essas pessoas acreditam no que apregoam, a ponto de chamar artistas de pedófilos. O nu faz parte da vida.

Fátima Bezerra defende servidores públicos federais

Fátima Bezerra (PT-RN) disse ser solidária à luta dos servidores públicos federais, que, segundo ela, não recebem salários altos e não têm direito ao FGTS. Para a senadora, a estabilidade no cargo é necessária para evitar o aparelhamento do serviço público pelo partido que está no poder.

— O governo alega, de um lado, que as medidas que promovem ataques aos servidores são necessárias para gerar recursos, mas, de outro, premia segmentos financeiros empresariais com descontos e perdões de dívidas.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Serviços hospitalares

9h Audiência interativa sobre a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Às 10h, recebe proposta de Estatuto da Diversidade Sexual. Às 13h, debate sobre a Previdência Social.

CRE Acordos internacionais

9h Análise de 7 acordos internacionais.

CPI DO BNDES Requerimentos

9h30 Análise de requerimentos

CMO Reunião

10h Reunião extraordinária.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

11h Na pauta, o PLC 62/2017, sobre bolsas de agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção.

CAE Crise fiscal

14h Audiência sobre a crise fiscal.

CDHET Cronograma

14h Reavaliação do cronograma.

CPI DOS MAUS-TRATOS Depoimentos

14h Procurador Fernando Martins, curadores Gaudêncio Fidélis e Luiz Camillo Osorio e artista Wagner Schwartz.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

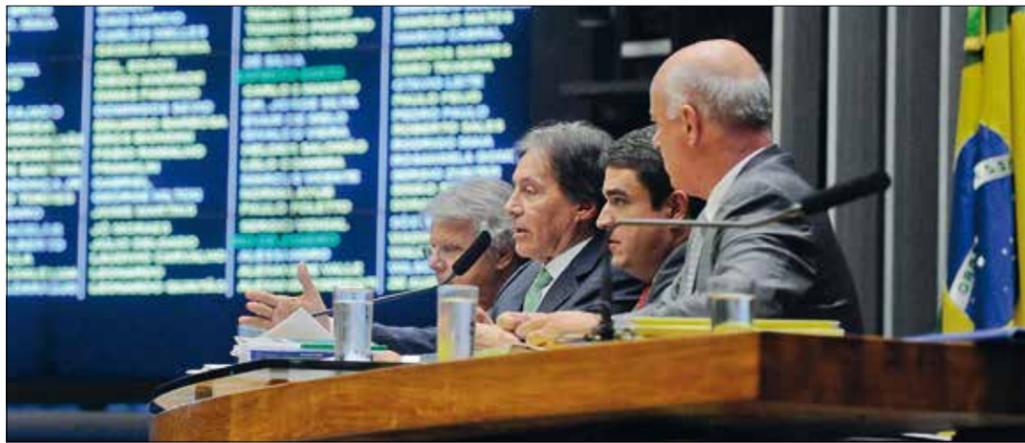
Congresso derruba veto e favorece municípios

Decisão restabelece o chamado encontro de contas, permitindo que prefeituras reduzam débitos com a União utilizando créditos que têm a receber do governo federal

O CONGRESSO DERRUBOU ontem o veto do presidente Michel Temer que suspendia pontos da Lei 13.485/2017, que parcela e concede descontos às dívidas previdenciárias dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Assim, é reintegrado à lei o chamado encontro de contas, quando débitos dos municípios com a União podem ser reduzidos pelos créditos que as prefeituras têm para receber do governo.

A derrubada do veto teve apoio da base do governo, que se comprometeu com prefeitos que viajaram a Brasília nesta semana. A reunião foi feita pela Confederação Nacional de Municípios para convencer parlamentares e governo.

O encontro de contas havia sido incluído no texto por uma emenda da Câmara, permitin-



Eunício Oliveira conduz a sessão conjunta de ontem à noite, na qual vetos presidenciais foram derrubados

do que os valores devidos pelas prefeituras fossem revistos antes do eventual parcelamento.

A medida beneficia prefeituras que precisam receber da União créditos previdenciários, gerados por motivos como compensação entre regimes de previdência, devolução de

valores pagos indevidamente e restituição por conta da redução das dívidas, entre outros.

Ao defender a derrubada do veto, Marta Suplicy (PMDB-SP) lembrou que 70% dos municípios estão em situação fiscal difícil. Daí a importância da lei de aliviar essas dívidas.

— O texto aprovado pelo Congresso aperfeiçoou a proposta original, manteve o fracionamento dos débitos previdenciários e trouxe maior redução nas multas e encargos legais. Então é fundamental retomar também o encontro de contas e a compensação aos

municípios, indispensável não apenas no aspecto financeiro, mas também por uma questão de justiça — defendeu.

Recine

Senadores e deputados também derrubaram ontem o veto integral de Temer ao projeto de lei de conversão da Medida Provisória 770/2017. O texto, que teve relatório de Marta Suplicy, prorroga o prazo para utilização do benefício fiscal do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) até 31 de dezembro de 2019, em vez de dezembro de 2017, como estabelecido inicialmente na MP enviada pelo governo. Também prorroga até 2019 incentivos previstos na Lei do Audiovisual (Lei 8.685/1993).

Propina prejudicou frigoríficos, diz depoente à CPI do BNDES

O aporte bilionário injetado pelo governo no setor de frigoríficos na verdade prejudicou o setor, disse ontem o ex-presidente do Frigorífico Independência, Roberto Graziano Russo, em depoimento na CPI mista que apura irregularidades nas operações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

— Um setor inteiro quebrou sob pretexto da criação da política dos “campeões nacionais”, para quem nunca faltou dinheiro. Hoje sabemos que a liberação dos recursos estava vinculada ao pagamento de propina — disse Russo,

referindo-se às empresas escolhidas pelo governo para receber recursos públicos, como a JBS.

Ele relatou que o abate de bovinos pelo Frigorífico Independência começou em 1992, em Mato Grosso do Sul. Nos anos seguintes, a empresa fez emissões no mercado de ações visando à expansão e consolidação no setor. Em 2012, porém, as fábricas passaram a ser operadas pelo Grupo JBS, dos irmãos Batista, depois de o Independência não ter conseguido a renovação de um empréstimo no BNDES.

Russo declarou que o frigorífico habilitou-se no BNDES

para participar da “política dos campeões nacionais”, instituída pelo governo Lula. As conversas evoluíram e o banco entrou como sócio com R\$ 400 milhões, ou 13,9% de participação acionária. Em 2008, a crise econômica acentuou-se, com drástica redução das exportações, levando os bancos a quebrar, impedindo a renovação das operações.

— A empresa, que sempre teve crédito, tinha dificuldade de conseguir liberação dos valores acordados com o BNDES, que nunca aportou a segunda etapa. Não conseguimos a renovação do empréstimo,

e o Independência entrou com pedido de recuperação judicial.

Reunião suspensa

Após a fala de Graziano, o depoimento foi suspenso pelo senador Sérgio Petecão (PSD-AC). Ele explicou que a reunião não poderia prosseguir sem a participação da maioria dos membros do colegiado, que estavam em reunião deliberativa na Comissão Mista de Orçamento (CMO). A reunião deverá ser retomada hoje, quando deverá ser votado, entre outros, requerimento para diligência no BNDES, no Rio de Janeiro.

Duas sugestões de cidadãos viram projeto de lei no Senado

Duas sugestões legislativas foram transformadas em projetos de lei na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A primeira (SUG 40/2017) pede a instituição de desconto de 30% no preço de automóveis adquiridos por professores. A segunda (SUG 6/2017) propõe piso salarial para psicólogos de R\$ 4,8 mil por 30 horas semanais. As duas sugestões foram apresentadas por meio do Portal e-Cidadania.

ASUG 40/2017 teve Cidinho Santos (PR-MT) como relator. A autora, a cidadã Valdira Vieira, de Sergipe, diz que a medida favorecerá os professores, que, em geral, têm baixos salários.

Cidinho deu parecer favorável à proposta, com algumas alterações. O senador concor-

dou que o projeto seria uma forma de melhorar as condições de vida dos professores, uma vez que não se consegue aumentar a remuneração.

O projeto altera a Lei 8.989/1995, que trata da isenção de IPI na compra de automóveis, para incluir os professores na lista de beneficiários. Hoje a lei isenta da cobrança do imposto pessoas com deficiência, determinadas doenças e taxistas.

A SUG 6/2017 foi apresentada pelo cidadão Ramon Duarte, da Bahia, com o argumento de que a medida ajudará a valorizar a profissão de psicólogo.

A relatora, Regina Sousa (PT-PI), concordou com a importância de se valorizar a profissão, mas retirou a fixação de piso salarial. A jornada de 30 horas semanais foi mantida.

ICMS sobre combustível de aviação é retirado da pauta

O projeto que reduz o ICMS sobre o combustível de aviação, previsto para ser votado ontem, foi retirado da pauta do Plenário. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, decidiu pela retirada da matéria diante do baixo quorum e por conta da sessão do Congresso, convocada para o fim da tarde. Para o projeto ser aprovado, são necessários 54 votos e havia apenas 52 senadores registrados em Plenário.

Conforme o texto (PRS 55/2015), será fixado o limite de 12% para a alíquota de ICMS sobre o combustível de aviação utilizado em operações dentro do país.

A medida vale para transporte aéreo regular, não regular e de serviços aéreos especializados.

O combustível é considerado o item que mais influencia nos custos operacionais das companhias aéreas. Atualmente, a alíquota de ICMS sobre combustível varia de 12% a 25%, dependendo do estado onde ocorre o abastecimento.

O texto original é do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O relator é o senador Telmário Mota (PTB-RR).

O senador Jorge Viana (PT-AC) afirmou que, com o projeto, os preços das passagens aéreas cairão, sem sacrificar os estados. Segundo ele, São Paulo terá mais 36 voos e o Amazonas, 18.

— Com a maior oferta de voos, teremos a possibilidade de mais assentos e a passagem poderá ficar mais barata.

Medeiros celebra volta de sinal de rádio na Amazônia

O sinal da Rádio Nacional da Amazônia voltou a ser captado pelas comunidades da região, informou José Medeiros (Pode-MT). O senador relatou que os ouvintes entraram em contato com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) para confirmar que o som está chegando limpo.

De acordo com o senador, desde 20 de março a rádio estava com alcance reduzido por causa dos raios que atingiram a subestação de energia do parque de transmissão, em Brasília.

— Eu morava na zona rural e cresci ouvindo a Rádio Nacional. Era o que chegava na roça para a gente.

Vanessa denuncia benefícios a petroleiras inglesas

Em Plenário, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) alertou para benefícios que estariam sendo concedidos pelo secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, a empresas estrangeiras de mineração, energia, petróleo e água.

— Denúncias em relação a ações do Ministério ocorrem há muito tempo e, a cada dia, uma nova denúncia surge, reforçando as anteriores. Desta feita foi um documento oficial, divulgado por um jornal britânico, *The Guardian*, até agora não desmentido.



Waldemir Bonetti/Agência Senado

Vai a Plenário crime de vingança pornográfica

Projeto criminaliza o registro ou a divulgação não autorizada de fotos ou filmagens da intimidade sexual de pessoas. A maioria das vítimas desse tipo de conduta é mulher

O REGISTRO OU a divulgação não autorizada de cenas da intimidade sexual de uma pessoa — a “vingança pornográfica” — será crime punível com prisão de dois a quatro anos mais multa. É o que determina o PLC 18/2017, aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta agora segue em regime de urgência para o Plenário.

O projeto, do deputado João Arruda (PMDB-PR), altera a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940). O texto aprovado é o substitutivo de Gleisi Hoffman (PT-PR).

— Quero registrar que já tivemos inúmeros suicídios, principalmente de adolescentes, vítimas de exposição de fotos nas redes sociais — declarou a senadora.

Novo crime

Em seu texto, Gleisi propõe o tipo penal “divulgação não autorizada da intimidade sexual”, com pena ampliada e novas circunstâncias agravantes. Também terá praticado o cri-

me quem permitir ou facilitar, por qualquer meio, o acesso de pessoa não autorizada a acessar esse tipo de conteúdo.

A paranaense Rose Leonel, que foi vítima de vingança pornográfica e inspirou o projeto, acompanhou a votação na CCJ.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) citou a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher e comemorou a aprovação.

Agravantes

Mais quatro possibilidades para o aumento da pena foram acrescentadas pela relatora na CCJ: quando o crime for praticado contra pessoa incapaz de oferecer resistência ou sem discernimento apropriado; com violência contra a mulher; por funcionário público no exercício de suas funções ou por quem teve acesso ao conteúdo no exercício profissional e deveria mantê-lo em segredo. A princípio, o projeto só previa agravar a pena no caso do crime fosse praticado por motivo torpe ou contra pessoa com deficiência.

Por sugestão de Roberto



Gleisi fez o substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça

Rocha (PSDB-MA), a relatora também propôs o tipo penal “registro não autorizado da intimidade sexual”. O crime caracteriza-se por “produzir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado, sem autori-

zação de participante”.

A pena sugerida é de seis meses a um ano de detenção mais multa. Punição idêntica será aplicada a quem realizar montagem em fotografia, vídeo, áudio ou qualquer outro tipo de registro, para incluir pessoa em cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de

caráter íntimo.

Gleisi também sugeriu uma alteração no Código Penal para que, nos crimes relativos à exposição da intimidade sexual, a ação penal seja pública e condicionada a representação.

A relatora também fez ajustes na redação de um dos dispositivos da Lei Maria da Penha para estipular a violação da intimidade como uma das formas de violência doméstica e familiar cometidas contra a mulher.

Constrangimento

Segundo Gleisi, o objetivo da vingança pornográfica é causar constrangimento, humilhar, chantagear ou provocar o isolamento social da vítima.

“A principal vítima da vingança pornográfica é a mulher, enquanto que os responsáveis por esse tipo de conduta, na maioria das vezes, são os ex-cônjuges, ex-parceiros e até ex-namorados das vítimas. Assim, não há dúvidas de que se trata de mais uma forma de violência praticada contra a mulher”, escreveu a senadora no parecer.

Avança projeto sobre uso de balas de borracha

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou um projeto que estabelece regras para o uso de balas de borracha em operações policiais.

A proposta, que segue agora para o Plenário, faz parte de um pacote sobre segurança pública em tramitação sob a relatoria da senadora Simone Tebet (PMDB-MS).

Também ontem, os senadores aprovaram outras três propostas relacionadas ao tema: auxílio financeiro para o

serviço de Disque-Denúncia, fim de benefícios para jovens criminosos e possibilidade de trabalho voluntário nas polícias e bombeiros militares.

Restrições

De acordo com o PLC 199/2015, a munição de borracha só poderá ser disparada após esgotados todos os procedimentos de uso de menor força e avaliação dos riscos pelo comando da operação. O policial que autorizar o

disparo deverá enviar relatório a seus superiores detalhando as circunstâncias da decisão. Apenas agentes treinados no manejo de armas poderão usar balas de borracha.

Nova lei

O projeto pretendia inserir essas medidas na Lei 13.060/2014, que disciplina o uso de instrumentos e armas não-letais pelas forças policiais, mas a relatora preferiu criar uma lei específica para regular a questão.

“O uso de balas de borracha disparadas por armas de fogo pode não ser letal, mas apresenta alta probabilidade de causar lesão corporal irreversível, como no caso de atingir um dos olhos da vítima do disparo. Hoje, como não há um regramento para a utilização de balas de borracha, há o risco de excessos por parte da polícia”, justificou Simone no relatório.

Colegiado aprova premiação para incentivar denúncias anônimas

O Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) deverá prover recursos para os serviços de denúncia por telefone, inclusive para a premiação quando as informações levarem à resolução de crimes. A medida, prevista no PLC 187/2015, visa estimular a população a usar o disque-denúncia. O projeto foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e segue para o Plenário.

A proposta integra um pacote de segurança elaborado pela comissão e também determina a divulgação de números de telefone de disque-denúncia, com informação sobre a garantia do anonimato, em ônibus e outros veículos de empresas com concessão pública de transporte terrestre.

O projeto também autoriza os governos estaduais a promoverem convênios para

a instalação dos serviços de denúncia, que poderão ser mantidos por entidade privada sem fins lucrativos.

Recompensa

O texto prevê ainda que a União, os estados e os municípios poderão adotar formas de recompensa, inclusive pagamento em dinheiro, pelo oferecimento de informações que sejam úteis para a prevenção, a repressão ou a apuração de crimes ou ilícitos administrativos. Os valores deverão ser regulamentados pelo Poder Executivo.

A relatora na CCJ, Simone Tebet (PMDB-MS), observou que, desde que foi implantado no Rio de Janeiro, em 1995, o serviço já recebeu mais de 2,3 milhões de denúncias e tem ajudado a polícia a elucidar crimes e a salvar vítimas no estado.



Para Simone, regulação do uso de balas de borracha pode evitar excessos

Relatório a favor de plebiscito sobre Estatuto do Desarmamento é lido em comissão

Os senadores terão mais tempo para analisar o projeto que propõe a convocação de um plebiscito para decidir sobre a revogação do Estatuto do Desarmamento e a sua substituição por uma nova lei que assegure o porte de armas de fogo a qualquer cidadão.

O projeto (PDS 175/2017), de Wilder Moraes (PP-GO), recebeu parecer favorável de Sérgio Petecão (PSD-AC). A

proposta de decreto legislativo foi lida ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Logo após, o presidente da CCJ, Edison Lobão (PMDB-MA), concedeu vista coletiva.

Perguntas

O projeto prevê a realização do plebiscito no mesmo dia das eleições de 2018. O eleitor responderia “sim”

ou “não” a três perguntas. A primeira seria: “Deve ser assegurado o porte de armas de fogo para cidadãos que comprovem bons antecedentes e residência em área rural?”

A segunda: “O Estatuto do Desarmamento deve ser revogado e substituído por uma nova lei que assegure o porte de armas de fogo a quaisquer cidadãos que preencham requisitos objetiva-

mente definidos em lei?”

A terceira, quase idêntica à anterior, substitui “o porte de armas” por “a posse de armas”.

Wilder observou no relatório que, após mais de dez anos da promulgação do Estatuto do Desarmamento, o total de homicídios no Brasil aumentou em 20%, atingindo a marca de 60 mil assassinatos por ano.

Ministro quer que escola identifique violência

Para combater e prevenir casos de maus-tratos e automutilação, Ricardo Barros defendeu que os colégios e as equipes de Saúde da Família cooperem mais estreitamente

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA ontem na CPI dos Maus-Tratos, o ministro da Saúde, Ricardo Barros, defendeu uma maior integração dos serviços públicos de saúde com as escolas para detectar casos de violência doméstica e automutilação. Ele citou o programa Saúde na Escola como exemplo de esforço para isso.

— Vamos identificar crianças que eventualmente estejam com sinais de agressão ou falem às aulas. A escola deve buscar ir à casa da criança e notificar as equipes de Saúde da Família.

Barros respondeu a perguntas do presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES), e do relator, José Medeiros (Pode-MT). O ministro afirmou que

os dados disponíveis não permitem afirmar que existe uma epidemia de automutilação entre crianças e adolescentes no Brasil, mas ressaltou que a subnotificação dificulta medir com precisão.

Entre 2011 e 2016, foram registrados 44 mil casos de lesões autoprovocadas entre jovens dos 5 aos 19 anos, 71%

das quais em indivíduos do sexo masculino.

Quirino Cordeiro Júnior, coordenador-geral de Saúde Mental do Ministério da Saúde, detalhou as ações da pasta em questões específicas como o alto índice de suicídio em comunidades indígenas.

Malta condenou aqueles que veem o infanticídio na

população indígena como uma questão cultural.

O ministro prometeu para breve o anúncio de uma nova política de saúde mental do governo, que, segundo ele, permitirá um “avanço significativo no tratamento mais adequado das pessoas que tenham distúrbios mentais nos seus diversos níveis”.

Malta anunciou o lançamento de duas cartilhas para a população, com base nas informações colhidas pela CPI: uma sobre suicídio e automutilação, destinada a pais e professores, e outra sobre bullying e cyberbullying, o assédio no mundo real ou virtual que pode levar jovens ao suicídio.



Ao lado dos senadores Magno Malta (C) e José Medeiros, o ministro Ricardo Barros fala na CPI dos Maus-Tratos

Convocações

Na reunião, foram aprovados requerimentos de convocações e convites para comparecimento à CPI, relacionados a casos de violência contra crianças e adolescentes. Também foi aprovado um requerimento solicitando a cessão do promotor de Justiça Rubens José Bastos Viana para atuar como consultor da comissão.

Benefícios do Código Penal para jovens poderão ser extintos

Benefícios concedidos pela legislação penal a criminosos entre 18 e 21 anos poderão ser revogados. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem um parecer favorável ao PLC 140/2017, de Simone Tebet (PMDB-MS). O projeto segue para o Plenário.

Se for aprovado, as regras de atenuante e de contagem do prazo para prescrição serão retiradas do Código Penal.

Para Simone, as mudanças vêm corrigir uma “deformação” do sistema penal, “que permite um tratamento benéfico desproporcional a indivíduos que são, em verdade, adultos, alguns deles praticando crimes há anos”.

A proposta permite também que a vítima de crime, na faixa de 16 a 18 anos, tenha o direito de prestar queixa na polícia.

“Os menores de 21 e maio-

res de 18 anos realmente não necessitam perceber benefícios penais em razão da idade, porque são indivíduos capazes e completamente formados, como bem reconhece a lei civil desde 2002”, argumentou a senadora no parecer.

Outro aspecto assinalado pela relatora foi a conexão entre a concessão de benefícios penais e as peculiaridades

da sociedade que os admite. Enquanto a contagem da prescrição pela metade para criminosos entre 18 e 21 anos surgiu na primeira edição do Código Penal (1940), a atenuante para menores de 21 anos existe, por sua vez, desde o Código do Império (1830).

“Verifica-se, portanto, que se trata de benefícios concebidos há longa data, quando os costumes e as características

da sociedade brasileira eram completamente diversos. Devemos atentar para o fato de que a criança e o adolescente dos dias atuais amadurecem mais cedo e, quando se tornam jovens adultos, já detêm ampla capacidade para se comportar conforme determina a lei e para entender as consequências que advirão caso cometam algum crime”, observou Simone.



Roberto Muniz (C) preside audiência sobre violência na escola, com representantes de secretarias e do MEC

MEC diz que vai conscientizar contra violência

A Comissão de Educação (CE) promoveu ontem uma audiência sobre a violência nas escolas públicas do país. Participaram representantes do Ministério da Educação (MEC) e de secretarias estaduais e municipais.

De acordo com a pesquisa Prova Brasil divulgada neste ano, mais da metade dos educadores de escolas públicas afirma ter presenciado agressões físicas ou verbais de alunos a funcionários e professores.

Para Aura Liane de Souza, da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, a escola precisa ser um espaço que ajude no combate à violência que os alunos vivenciam na rua ou em casa.

— A partir do momento que a gente consegue colocar protocolos de segurança, essa escola tem que se tornar uma escola viva, plural, que ofereça oportunidades para essas crianças.

Educação emocional

Roberto Muniz (PP-BA) afirmou que um dos motivos para a violência pode ser a falta de incentivo à educação emocional nas escolas.

— O que faz as pessoas melhores é a sua capacidade de conviver e gerenciar seus sentimentos. Nós precisamos enfrentar essa questão da educação emocional.

O diretor de Políticas de Educação em Direitos Humanos do MEC, Daniel Ximenes,

destacou que o ambiente escolar é fundamental para que os estudantes aprendam a conviver com as diferenças. Por isso, o ministério está desenvolvendo ferramentas para promover a conscientização e o respeito na educação básica.

— Vamos trabalhar uma plataforma de educação e direitos humanos que vai abordar fortemente a temática do bullying, do preconceito, da violência e da discriminação. Nós temos que entender que formação não é só estar em um curso.

Também participaram da reunião representantes da Secretaria de Educação do Distrito Federal, do Programa Paz nas Escolas e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Comissão debate consequências do bullying dentro das escolas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem um requerimento da presidente do colegiado, Marta Suplicy (PMDB-SP), para a realização de uma audiência pública sobre as consequências do bullying no ambiente educacional e para os jovens.

Segundo Marta, o objetivo é contribuir para aumentar a consciência da sociedade e dos poderes públicos e ajudar nas políticas de combate e prevenção ao bullying.

No requerimento, Marta cita um estudo recente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) segundo o qual tanto os praticantes quanto as vítimas do bullying pioram seu desempenho escolar, faltam mais às aulas e têm índices de abandono dos estudos muito acima da média.

“Nesses adolescentes estão presentes também mais sintomas de baixa auto-estima, ansiedade, depressão e perda de interesse por qualquer atividade”, disse a senadora.

Marta, que também é psicóloga, lembra que o círculo

vicioso do bullying pode provocar profundos danos emocionais a adolescentes, levando-os a entrar em conflito com a realidade.

— Agressores e agredidos passam a viver em um universo em que as regras sociais e os parâmetros de bom senso passam a ser quase que inexistentes. As consequências inclusive podem ser trágicas, como foi o caso do Colégio Goyases, em Goiânia — disse a senadora, referindo-se à tragédia em que um estudante de 14 anos matou dois colegas a tiros na sala de aula, deixando ainda outros quatro feridos.

Martas afirmou ainda que, à OCDE, 17,5% dos alunos brasileiros relataram sofrer bullying; 9,3%, ser alvo de piadas constantes; 7,8%, se sentir excluídos na escola; 4,1%, sofrer ameaças; 3,2%, ser “agredidos fisicamente” com frequência; 5,3%, ter suas coisas frequentemente destruídas pelos colegas; e 7,9% ser alvo de rumores maldosos. Desse universo, a OCDE classificou 9% dos alunos como “no topo do indicador de agressões”.



A senadora Fátima Bezerra preside a audiência que ouviu representantes de prefeituras de vários estados

Prefeitos cobram repasses para manter programas

Crise fiscal dos municípios foi debatida ontem em audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Gestores esperam a liberação de R\$ 4,2 bilhões por meio de medida provisória

OS REPASSES DESTINADOS pelo governo federal a mais de 300 programas geridos pelas prefeituras são insuficientes para cobrir as despesas reais. O resultado? Administrações municipais operando no vermelho e com dificuldade de fechar as contas. O alerta foi apresentado ontem por prefeitos durante uma audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) que debateu a situação financeira dos municípios.

Os gestores municipais cobram do governo a liberação de apoio financeiro, por medida provisória, no valor de R\$ 4,2 bilhões, além da aprovação de uma proposta de emenda à Constituição que trata da atualização monetária dos recursos federais aos municípios (PEC 66/2015). A proposta determina que as iniciativas federais de cooperação entre União e municípios, instituídas por legislação específica ou decorrentes de convênios, acordos, ajustes e similares, terão os saldos atualizados ano a ano.

— As pessoas moram nos municípios. É lá que elas precisam dos recursos públicos. Como podem os gestores municipais oferecer serviços e a maior parte dos recursos ficar com o governo federal? Além de tudo, tem o subfinanciamento dos programas. Não há a devida contrapartida. O governo federal repassa em média de 30% a 33% do

valor do programa para que os municípios executem. Isso sobrecarrega as prefeituras — criticou o presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios, Neurilan Fraga.

O presidente da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte, Bênes Leocádio, ressaltou que a situação dos pequenos municípios é ainda mais precária, já que dependem quase que exclusivamente dos repasses federais para se manterem:

— Grande parte dos municípios não tem base geradora de tributos próprios como têm os municípios de médio e grande porte. Os pequenos municípios estão em uma agonia tremenda — apontou.

De acordo com Fátima Bezerra (PT-RN), 51% dos municípios estão com as contas no vermelho em relação ao pagamento da folha com gastos de pessoal e já acumulam dívidas de R\$ 515,4 milhões em restos a pagar. O problema, que já era grave, teria piorado após a Emenda Constitucional 95, que estabeleceu um teto para os gastos públicos. A senadora defendeu a aprovação de apoio financeiro, por medida provisória, no valor de R\$ 4,2 bilhões:

— Os prefeitos e prefeitas não estão pedindo benefício pessoal, mas clamando benefícios para as populações que eles administram país afora. É pouco para os cofres do governo federal, que tem dado benesses a grandes em-

presários e banqueiros, mas é muito para os municípios, que estão sem saber como fechar dezembro — argumentou.

TV Senado

Presidente da CDR, Fátima também leu nota sobre o quadro de recuperação dos profissionais da TV Senado que foram vítimas de um acidente na BR-304, próximo a Angicos (RN), na quinta-feira passada e desejou breve recuperação.

— Eles seguem em recuperação e darão continuidade ao tratamento de saúde em Brasília. Dois deles já estão na capital federal e um terceiro seguirá para a cidade após procedimento cirúrgico em Fortaleza — relatou.

A equipe viajou ao Rio Grande do Norte para cobrir uma audiência pública da CDR que ocorreria na Assembleia Legislativa. Eles aproveitaram a viagem para gravar parte de um documentário sobre a seca e pediram o apoio do gabinete da senadora para se deslocarem pelo estado.

Fátima agradeceu os profissionais dos Hospital Regional de Angicos, do Hospital Regional Doutor Tarcísio de Vasconcelos Maia, em Mossoró, do Samu e da Polícia Rodoviária Federal pela assistência logo que ocorreu o acidente. Ela também saudou o empenho da diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, e da diretora da Secretaria de Comunicação do Senado, Angela Brandão, pelo apoio.

Ampliação de serviço voluntário de jovens na PM vai a Plenário

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem uma proposta que prevê a possibilidade de prestação de serviços voluntários por todos os jovens maiores de 18 e menores de 23 anos, de ambos os sexos, nas áreas administrativa, de saúde e de defesa civil nas polícias militares e nos corpos de bombeiros. O texto segue para o Plenário.

O Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) 1/2012 integra o pacote de segurança no qual a comissão vem trabalhando nos últimos dias, a pedido do presidente do Senado, Eunício Oliveira.

A Lei 10.029/2000, que regulamenta o trabalho voluntário nessas corporações, estabelece que, no caso dos homens, o benefício é destinado somente àqueles que foram dispensados por excesso de contingente das Forças Armadas. O texto estende o direito aos reservistas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, aos isentos do serviço militar e aos que prestaram ou foram dispensados de serviços alternativos.

O projeto modifica a lei para ampliar o prazo de voluntariado de um para dois anos, admitida a prorrogação por no máximo igual período.

O SCD 1/2012 é proveniente do Projeto de Lei do Senado (PLS) 316/2003, de autoria do ex-senador Pedro Simon.

Carência

A relatora substituta na CCJ, Rose de Freitas (PMDB-ES), avalia que o projeto ajudará a suprir parte da carência de pessoal das polícias militares e dos corpos de bombeiros, além de beneficiar a juventude:

“A ampliação do prazo do serviço voluntário prolonga a oportunidade de ocupação do isento, do dispensado e do egresso do serviço militar obrigatório ou do serviço alternativo, afastando-o do ócio e da cooptação pelo crime organizado, atende aos que desejam prestar sua contribuição pessoal por mais tempo e propicia que os órgãos da área de saúde e de defesa civil contem com o apoio de pessoas mais experientes, dada a prorrogação do prazo em que é prestado o serviço voluntário”, diz a senadora no relatório.

Humberto: reforma da Previdência prejudica os mais necessitados

As propostas de reforma da Previdência em exame são tentativas de destruir as conquistas históricas dos trabalhadores, disse Humberto Costa (PT-PE). Segundo o senador, a reforma que o governo Temer propõe não ataca privilégios. Para ele, o combate ao déficit das contas públicas atinge sobretudo os mais necessitados.

Humberto disse que o governo “faz vista grossa para os grandes devedores da Previdência” e cobrou maior investigação da denúncia de influência de multinacionais petrolíferas sobre o Ministério de Minas e Energia.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Ângela, não existe déficit previdenciário no país

As informações de que há déficit no sistema previdenciário brasileiro são falsas e tentam inviabilizar a previdência pública, em favor da previdência privada, para atender ao mercado financeiro, segundo Ângela Portela (PDT-RR).

Se as contas forem feitas corretamente, disse Ângela, ficará comprovado que não há déficit agora nem num futuro próximo.

— Hoje o governo não coloca dinheiro na Previdência, mas retira dela. Drena recursos ao conceder isenções absurdas e ao se apossar de receitas próprias do sistema.



Waldemir Barreto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário aprova MP dos royalties da mineração

Medida aumenta alíquotas de compensação pela exploração de recursos, altera a distribuição de recursos entre órgãos, estados e municípios e adapta cobrança às relações empresariais

O SENADO APROVOU ontem a medida provisória que aumenta alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), uma espécie de royalty pago pelas mineradoras a estados e municípios. Aprovada na forma de projeto de lei de conversão (PLV 38/2017), a MP 789/2017 segue para a sanção.

O texto aprovado altera também a distribuição dos recursos entre os órgãos e entes federados beneficiados. Para a maior parte dos minerais extraídos no Brasil, as alíquotas continuam variando de 0,2% a 3%, com aumentos para alguns tipos de minerais e diminuição para outros. Quanto ao minério de ferro, responsável por 75% da produção mineral brasileira, a alíquota máxima passa de 2% sobre a receita líquida para 3,5% sobre a receita bruta, descontados os tributos, podendo ser diminuída para até 2%. A redução da alíquota caberá à Agência Nacional de Mineração (ANM), criada pela MP 791/2017.

Para os senadores favoráveis à medida, o atual Código de Mineração é obsoleto. Líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR) considerou que as novas alíquotas vão remunerar melhor os estados e municípios.

— Investimentos de mais de R\$ 20 bilhões serão colocados a curto prazo no Brasil por conta dessa e de outras MPs que aprovaremos por estes dias.

O relator, Aécio Neves (PSDB-MG), disse que a MP corrige

uma “inadmissível” distorção que punia estados, municípios e as populações que vivem em municípios mineradores.

— O projeto não beneficia apenas produtores de minerais, mas os outros estados que contribuem na cadeia produtiva, sobretudo para escoamento.

Para Eduardo Braga (PMDB-AM), a medida ajudará a impulsionar a economia.

— Estamos falando também da questão dos fertilizantes, dos minerais da construção civil. Isso significa dizer areia, brita, pedra em bloco.

Venda

Para fazer a adequação da cobrança desse royalty à complexidade das relações empresariais, o texto define novas situações de incidência. Além da venda, também

o consumo, a transformação e a utilização da substância mineral serão considerados como fato gerador até 31 de dezembro de 2017, quando novas definições consolidarão a forma de cobrança.

A Cfem incidirá, na ocasião do consumo do mineral, sobre a receita bruta calculada segundo o preço corrente do bem ou o valor de referência, definido a partir do valor do produto final obtido após a conclusão do respectivo processo de beneficiamento.

Nas exportações, o texto aprovado prevê que a base de cálculo a ser considerada será, para todos os casos de exportação, o preço-parâmetro definido pela Receita Federal ou, na sua inexistência, o valor de referência.

Com Agência Câmara

Novos valores

Substâncias minerais	Alíquota
Ouro, diamante, quando extraídos sob o regime de permissão de lavra garimpeira; demais pedras preciosas e pedras coradas lapidáveis; calcário para uso como corretivo de solo; potássio, sal-gema, rochas fosfáticas e demais substâncias minerais utilizadas como fertilizantes	0,2%
Rochas, areias, cascalhos, saibros e demais substâncias minerais quando destinadas ao uso imediato na construção civil; rochas ornamentais; águas minerais e termais	1%
Ouro	1,5%
Diamante e demais substâncias minerais	2%
Bauxita, manganês, nióbio e sal-gema	3%
Ferro	3,5%

Congresso preserva recursos do Fundo Partidário

Senadores e deputados aprovaram ontem à noite, em sessão do Congresso, proposta que facilita o pagamento de emendas parlamentares. O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), incluiu um artigo no texto para também impedir o contingenciamento do Fundo Partidário.

O Projeto Lei do Congresso (PLN) 13/2017 promove duas mudanças na execução das emendas de bancadas estaduais. A primeira mexe no

“identificador de resultado primário” das emendas, que aponta o efeito da despesa sobre o resultado primário da União.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017 proíbe alterar esse indicador no pagamento de emendas coletivas de bancada, o que, segundo Raupp, dificulta a liberação do dinheiro. O projeto permite a mudança, se houver solicitação da bancada autora da emenda.

A segunda alteração permite a ampliação das programações das emendas e autoriza o Poder Executivo a fazer ajustes a pedido das bancadas.

De acordo com o texto aprovado, todos os recursos definidos no Orçamento para os partidos ficam preservados, sem possibilidade de corte.

O Congresso aprovou ainda o PLN 33/2017, que abre crédito de R\$ 6,3 bilhões em favor da Presidência da República e diversos ministérios.

Comissão quer ouvir novo diretor da Polícia Federal

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou a convocação do novo diretor-geral da Polícia Federal, Fernando Segóvia, para expor aos senadores qual será o comportamento da corporação, agora sob seu comando, em

relação à Operação Lava Jato. O requerimento, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), também pede explicações ao diretor sobre supostas interferências relacionadas a sua indicação ao cargo. Segóvia tomou posse no dia 20, em substituição a

Leandro Daiello, que estava à frente da PF desde 2011.

A CDH aprovou outros sete requerimentos, em sua maioria para audiências públicas. Um deles, de Paulo Paim (PT-RS), propõe debate sobre políticas para formação de professores.

Passa no Senado fundo para parcerias público-privadas

O Senado aprovou ontem a Medida Provisória (MP) 786/2017, que autoriza a União a participar com até R\$ 180 milhões de um fundo para financiar projetos de concessão e parcerias público-privadas (PPPs). O texto perderia a validade hoje.

A MP estabelece que até 40% dos recursos serão usados preferencialmente para projetos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e permite a realização de PPPs entre R\$ 10 milhões e R\$ 20 milhões. A lei anterior autorizava apenas os contratos acima de R\$ 20 milhões.

De acordo com o governo, o objetivo é financiar projetos de infraestrutura urbana e social nos estados e municípios. Seriam beneficiadas áreas como saneamento, mobilidade e iluminação pública.

A medida trata de outro assunto de interesse de senadores e deputados. O texto atribui aos ministros de Estado a decisão de indicar quais emendas parlamentares ao

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) serão de transferência obrigatória para estados e municípios. Para isso, o valor deve ser suficiente para concluir o empreendimento e o valor total do projeto deve estar limitado à dotação de 2017.

Críticas

Senadores do PT, da Rede, do PSB e do PCdoB argumentaram que não houve tempo para que se tomasse conhecimento do texto. A MP havia sido aprovada pelos deputados na noite anterior.

Lídice da Mata (PSB-BA) apresentou uma questão de ordem contra a votação e lembrou um acordo firmado entre os líderes partidários:

— O mais inaceitável não é nem o conteúdo, é o método, que fere todos os procedimentos que temos no Senado.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que o Plenário realizou duas sessões extraordinárias ontem, o que autorizaria a votação.

Randolfe defende PEC que extingue foro privilegiado

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) classificou o foro privilegiado como uma “excrescência” do regime militar e defendeu a proposta de emenda à Constituição que extingue a prerrogativa na maioria dos casos. Ele disse que o instituto não foi incluído na Constituição para a “proteção da delinquência”.

O senador lembrou que a PEC, já aprovada no Senado, ganhará andamento na Câmara, segundo ele, para antecipar-se ao julgamento do STF sobre o tema.

— Espero que a Câmara seja consoante com a luta contra a impunidade.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Valadares aponta descrédito do eleitor na classe política

O Brasil vai às urnas em 2018 com muita frustração, disse Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Ele alertou para o grande descrédito da classe política.

O senador ressaltou que mais de 60% do eleitorado diz não querer votar. Para Valadares, isso ocorre porque a população já tomou consciência da diferença entre os discursos de campanha e a prática após a posse. As fraudes nas campanhas, com caixa dois e compra de votos, também desanimam a sociedade, avaliou.

— O eleitor, espero, vai pesar a experiência do candidato, honestidade e capacidade de inovação e criatividade.



Roque de Sá/Agência Senado

HÁ 30 ANOS

Colegiado conclui projeto de Constituição, que vai ao Plenário

O projeto de Constituição chegará ao Plenário nos próximos dias, anunciava o *Jornal da Constituinte* em 23 de novembro de 1987. Depois de 55 dias de atividade ininterrupta, a Comissão de Sistematização havia concluído o texto que seria votado pelos constituintes. A alteração do Regimento Interno também era notícia no jornal. As mudanças regimentais permitiriam que temas polêmicos fossem “acaloradamente discutidos novamente”, dizia a publicação.

Veja esta edição do *Jornal da Constituinte*: <http://bit.ly/JornalConstituinte26>



O senador Jorge Viana (3º à esq.) comanda debate na Comissão de Ciência e Tecnologia com os especialistas Carlos Duprat (E), Alberto Paradisi, Demi Getschko, Flávia Lefèvre e Basílio Perez

Debatedores pedem avanço na banda larga

Em audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia, especialistas apontaram que somente 54% da população brasileira tem acesso à internet e pediram investimentos no setor

O AVANÇO DA banda larga foi defendido por Jorge Viana (PT-AC) como forma de garantir ao cidadão o direito a uma conexão de qualidade à internet e a uma telefonia móvel também de qualidade e, ao mesmo tempo, oferecer segurança de infraestrutura. O senador fez a observação em audiência pública realizada ontem, na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), sobre os desafios do setor.

Durante o debate, especialistas destacaram que o Brasil é a oitava maior economia do mundo, mas, quando se trata de tecnologia, cai para a 69ª posição. De acordo com o Índice Global de Inovação, a baixa colocação ocorre porque apenas 54% da população tem acesso à internet.

Conselheira da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste), Flávia

Lefèvre pediu maior atuação e investimentos do governo na ampliação do acesso à internet, principalmente nas classes C, D e E e nas áreas rurais.

— Infelizmente as políticas não saem do papel. É falta de recurso público? Na nossa avaliação, porque nós pagamos esse tributo, não é, porque a gente tem bilhões de reais recolhidos a serem utilizados para universalização do

acesso à internet — assinalou.

O vice-presidente de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), Alberto Paradisi, destacou que o mundo passa por uma revolução tecnológica e, por isso, a internet é tão fundamental.

— Na verdade, o futuro vai ser muito mais pautado pela tecnologia, porque nós estamos num momento de

transformação, que integra pessoas, processos, dados e assim por diante.

Política pública

A Política Nacional de Banda Larga foi o programa de governo escolhido pela CCT para ser debatido ao longo deste ano.

A audiência de ontem também tratou de internet 5G, da internet das coisas e de inteligência artificial.



Presidente da CCJ, Edison Lobão, e o relator do projeto, Cidinho Santos

Avança aumento de repasses para cidades que abrigam hidrelétricas

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem um projeto que altera a distribuição da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos entre União, estados e municípios, aumentando o percentual de repasse para estes últimos. O PLC 315/2009 segue agora para a Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O projeto reduz o percentual de repasse para os estados — de 45% para 25% — e o transfere para os municípios, cujo cota passará de 45% para 65%. Essa compensação é repassada mensalmente a 21 estados e ao Distrito Federal e a cerca de 700 municípios.

O relator, Cidinho Santos (PR-MT), concordou com a necessidade de reforçar os cofres municipais nessa área, que sofrem mais de perto os impactos sociais e econômicos da construção de hidrelétricas e seus reservatórios.

Outro argumento em favor da redistribuição da compensação financeira é o fato de que o percentual proposto para os municípios é idêntico ao já fixado para a exploração de recursos minerais: 23% para

estados, 65% para municípios e 12% para a União.

“Se, na mineração, os municípios recebem 65% do total da compensação, não há por que não aplicar percentual semelhante à exploração de recursos hídricos”, argumenta Cidinho.

Paim apoia recálculo de compensação financeira

Paulo Paim (PT-RS) destacou encontro com representantes da Associação Nacional dos Municípios Sedes das Usinas Hidroelétricas e Alagados. Eles pediram apoio na aprovação do PLC 315/2009. Segundo Paim, a mudança é urgente para as finanças dessas cidades.

— Os incrementos da receita previstos pelo PLC é determinante para o dia a dia de mais de 42 milhões de pessoas que residem em 727 municípios de 21 estados.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Duas medidas provisórias têm vigência prorrogada

O prazo de vigência de duas medidas provisórias foi prorrogado pelo Congresso: o da MP 802/2017 e o da MP 803/2017. Agora os textos terão mais 60 dias para serem analisados por senadores e deputados.

Os atos de prorrogação foram publicados ontem no *Diário Oficial da União*.

A MP 802/2017 atualiza o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, criado em 2005 para incentivar a geração de trabalho e renda entre microempreendedores populares.

Entre as principais alterações feitas pela MP, está o aumento de R\$ 120 mil para R\$ 200 mil do limite de renda ou da receita bruta anual para acesso por pessoas físicas e jurídicas. O texto acrescenta

às fontes de financiamento do programa recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamentos do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste.

Refis rural

A MP 803/2017 prorroga o prazo para a adesão do produtor agrícola ao Programa de Regularização Tributária Rural, o chamado Refis rural, para 30 de novembro. O programa permite a renegociação das dívidas de produtores rurais com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), prevista pela MP 793/2017.

Segundo a MP 803, o produtor que aderir à renegociação poderá pagar o débito em até 180 parcelas. É exigida uma entrada equivalente a até 4% do débito, paga em

quatro parcelas.

As medidas provisórias têm efeito de lei, mas precisam da aprovação do Congresso para se tornarem definitivas; do contrário, são arquivadas. Tanto a MP 802 quanto a MP 803 estão sendo analisadas atualmente por suas respectivas comissões mistas. Depois vão a votação nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

As medidas provisórias foram prorrogadas de acordo com o artigo 10 da Resolução 1/2002 do Congresso. Se a medida provisória não tiver sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional no prazo de 60 dias da publicação no *Diário Oficial da União*, será automaticamente prorrogada uma única vez por igual período.

Gerenciamento dos hospitais universitários em debate hoje

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove hoje audiência pública interativa para debater a atuação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares em contraponto à autonomia universitária e à formação acadêmica dos profissionais das áreas da saúde.

Criada em 2011, a empresa, vinculada ao Ministério da Educação, é uma empresa pública com objetivo de gerenciar os hospitais universitários federais e dar apoio às universidades. Algumas medidas tomadas pela empresa, entretanto, foram criticadas pelos pro-

fissionais da área porque estariam ferindo a autonomia das universidades.

Para discutir o assunto foram convidados o presidente da empresa pública, Kleber Moraes; a presidente da Associação da Auditoria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, Lucieni Pereira da Silva; o secretário de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto do TCU, Ismar Cruz; o reitor da Universidade Federal de Goiás, Orlando Afonso Amaral, além de médicos e professores.

O debate é uma iniciativa de Paulo Paim (PT-RS).

Flexa Ribeiro pede recursos para a Ferrovia Paraense

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) chamou a atenção ontem para a importância dos projetos ferroviários para as exportações e a atração do interesse de investidores internacionais.

Ele pediu que uma parte dos recursos da renovação de contratos das estradas de ferro vá para a construção da Ferrovia Paraense.

— Com a Ferrovia Paraense, estamos abrindo uma nova alternativa de escoamento de carga, dando mais competitividade à produção *made in Brazil*.



Waldemir Barreto/Agência Senado